

## PRODUÇÃO LITERÁRIA E CULTURAL: ENTRE ENTRAVES ESTATAIS E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Taise Campos dos Santos Pinheiro de Souza<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente artigo reflete sobre o direito de produção e circulação maiores da escrita feminina negra, trazendo para o campo de discussão um questionamento frente à atuação do Estado para com o estabelecimento de políticas públicas que considerem a literatura inscrita sobre os eixos do gênero e da raça. Tal questionamento é importante para o campo da Crítica Cultural, pois problematiza a questão de políticas públicas para a escrita literária, para o livro e a leitura. Para embasar teoricamente esse trabalho nos pautaremos em autores (as) como Rubim (2008), Lindoso (2004), Moreira (2012), entre outros (as). Além disso, utilizamos dados coletados em entrevistas realizadas com quatro escritoras negras da Bahia: Fátima Trinchão, Jocelia Fonseca, Mel Adún e Rita Santana e no Plano Estadual do Livro e Leitura da Bahia (2013-2022). Observamos que há, por parte do Estado, um histórico de omissão para com políticas públicas focadas em povos excluídos historicamente, inclusive, mulheres negras. Essa situação está mudando, pouco a pouco, uma vez que tem ocorrido uma abertura do Estado ao fomento de diversas produções literárias e culturais, embora não tão específica à produção literária feminina negra, por isso é necessária uma atuação mais efetiva e diretiva do Estado nesse sentido. Considerando que essa atuação deve ser feita pelo Estado, mas em colaboração com os agentes envolvidos no processo, notamos ainda que os trajetos literários, performáticos e culturais das escritoras estudadas indicam uma ação que

---

<sup>1</sup> Mestranda em Crítica Cultural, pela Universidade do Estado da Bahia, Campus II. Licenciada em Letras Vernáculas por esta mesma instituição. Endereço eletrônico: tai\_campos@hotmail.com.

procura reivindicar esse lugar de direito à voz, à inserção na esfera produtiva, o que compreende a feitura de uma participação cidadã.

*Palavras-Chave:* Literatura. Políticas públicas. Gênero. Raça.

## LITERARY AND CULTURAL PRODUCTION: BETWEEN STATE BARRIERS AND CITIZEN PARTICIPATION

*Abstract:* The present article reflects concerning the right to higher production and circulation the black women's writing, bringing to the field of discussion a questioning front the of State acting for with the establishment of public politics what consider the literature inscribed on the axes of gender and race. Such questioning is important to the field of Cultural Criticism, as it problematizes the question of public politics for literary writing, to books and reading. To theoretical basis this work roleing in authors as Rubim (2008), Lindoso (2004), Moreira (2012), among others. Furthermore, we use data collected in interviews conducted with fourblack women writers of Bahia: FátimaTrinchão, Jocelia Fonseca, Mel Adúnand Rita Santana and on the State Plan of Book and Reading of Bahia (2013 — 2022). We observe that there, on the part of State, a historic of omission for with public policies focused in historically excluded peoples, inclusive, black women. This situation is changing little by little, once It has taken place an opening of State to fostering of diverse literary and cultural productions, though not as specific to black feminine literary production, that is why is necessary a more effective intervention and directive of State in this sense. Considering that this acting should be made by the state, but in collaboration with the agents involved in the process, we note yet that literary paths, performatic and cultural rights of writers studied indicates an action that seeks to claim this place ofright the voice, the insertion in the productive

sphere, what to comprises the workmanship of a citizen participation.

*Keywords:* Literature. Public policy. Gender. Race.

## **Literatura feminina negra e os marcadores invisibilizados de gênero e raça**

O presente trabalho resulta de um projeto de pesquisa de mestrado que investigou modos de produção, publicação, circulação e recepção de textos de quatro escritoras negras baianas: Fátima Trinchão<sup>2</sup>, Jocelia Fonseca<sup>3</sup>, Mel Adún<sup>4</sup> e Rita

---

<sup>2</sup> Maria de Fátima Conceição Trinchão de Carvalho nasceu em Euclides da Cunha - BA, em 18 de julho de 1959. Formou-se em Letras com Francês pela Universidade Católica de Salvador. Começou a escrever desde a infância em publicações escolares. Publicou em jornais da capital baiana, em especial, no *A TARDE*. Sua produção bibliográfica, composta por contos e poemas, dá-se, sobretudo, pela participação em antologias. Os aspectos da vida e obra de Fátima Trinchão evidenciam o comprometimento político-social e cultural da mesma em projetos literários que dignifiquem o ser humano, que rompam com preconceitos e opressões de minorias estigmatizadas, como as mulheres e o povo negro.

<sup>3</sup> A poeta Jocelia Fonseca nasceu em Juazeiro-BA. Reside, desde 1997, em Salvador, onde graduou-se em Letras com inglês. É integrante do grupo baiano "Importuno Poético", formado por três poetisas que realizam apresentações teatralizadas, saraus, declamações, recitais em vários estabelecimentos e instituições baianas. Seu trabalho tem como foco a defesa da alma fêmea, a valorização da estética e força femininas e da cultura afro-brasileira e africana.

<sup>4</sup> É escritora, jornalista, roteirista e contadora de histórias. Nasceu em 26 de julho de 1978, em Washington D.C., período da ditadura militar no Brasil, da qual seus pais fugiram. Em 1984, ela chegou ao Brasil, mas retornou para estudar nos Estados Unidos, em 1998. Em 2001, voltou a residir no Brasil, em Salvador, naturalizando-se brasileira e baiana. Integra o coletivo literário *Ogum's Toques Negros*, o qual, lançando-se à tarefa da editoração, tem se dedicado a publicar e visibilizar textos de autores(as) negros(as). Participa de projetos e iniciativas que se inserem no combate ao racismo e que constituem uma literatura que dá espaço às questões da cultura africana e negra e às problemáticas ligadas às questões de gênero.

Santana<sup>5</sup>. Nesse processo, constatamos diversas dificuldades encontradas pelas escritoras nos percursos de produção, publicação e circulação de suas obras, e, ao mesmo tempo, modos alternativos empreendidos por elas para se inserirem na cadeia livresca e literária.

Identificamos que, para produtores negros e para mulheres há uma dificuldade de escoar suas produções, o que indica que, para as mulheres negras, o problema pode se intensificar. Como pudemos observar no trajeto de investigação, são encontrados vários desafios e impasses no processo da produção feminina, bem como na produção literária negra dentro do mercado, o que já indica o quanto é mais problemático ainda o trabalho de produção feminina negra, uma vez que une dois fatores de estigmatização e exclusão socio-cultural: o gênero e a raça.

Essa subalternização, ocasionada pela exclusão, via interseccionalidade de gênero e raça e, muitas vezes, por classe social, confere às mulheres negras um problema maior de inserção na esfera da produção. Sobre isso, a graduada em Ciência Política e mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Layla Daniele Carvalho (2012), no *Dossiê Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, fomentado pelo IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pontua:

A noção de *interseccionalidade* remete-se à acumulação, por uma pessoa, de várias marcas de subordinação, a qual leva à deterioração da forma de sua inclusão social. Dessa forma, a inserção social de uma mulher negra perpassa dois conjuntos de condicio-

---

<sup>5</sup> Atriz, poeta e contista, nascida em Ilhéus – (BA). É professora da Rede Estadual do município de Lauro de Freitas-BA. É uma figura que, entre tantas produções, movimentos e projetos culturais realizados, dá importância crucial à educação e às questões de gênero. É formada em Letras com Francês. Também é pós-graduada em História Social e Cultura Afro-Brasileira. Seu currículo como atriz é diversificado por atuações no teatro, na televisão e no cinema.

nantes que subordinam sua posição no espectro social: ser mulher e ser negra (CARVALHO, 2012, p.82).

Como indica a ativista, Assistente Social e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, apesar de o Brasil ser o país que concentra, fora da África, a maior população negra, esta ainda continua ocupando o mais baixo grau no que se refere às condições sociais. Essa situação se intensifica para a realidade de mulheres negras ao aliarmos o racismo e o sexismo que as atingem:

Os dois referenciais — branquitude e poder — coexistem como reafirmação da conjugação entre machismo e racismo e incidem sobre a vida da população negra. Para as mulheres negras resultam em barreiras para o seu cotidiano e desenvolvimento pleno (RIBEIRO, 1998, p.196).

Nesse sentido, as categorias de exclusão se duplicam e, como afirma Moema Augel (2004), se a literatura afro-brasileira continua a ser pouco reconhecida, a literatura de autora feminina negra continua relegada à completa desconsideração, mesmo diante de uma considerável parcela de mulheres negras, que buscam, por meio da escrita, expressar seu “ser-negra” no mundo.

A pesquisadora Ana Rita Santiago (2012) observa que, no Brasil, e, mais especificamente na Bahia, há um clima de hostilidade para com a produção literária de autoria feminina negra. Tal situação remonta uma avaliação da crítica literária que atribui a essa produção um tom discursivo reivindicatório e, excessivamente, memorialista, deixando a desejar no quesito da literalidade e estética textual, o que, segundo essa visão, se configuraria em uma incipiência de qualidade de tais escritos. Desse modo:

O mercado editorial, aliado a esse obstáculo, pouco cria possibilidades de suas produções e menos ainda credita sucesso em seus projetos literários, amplian-

do o dilema de se afirmarem como vozes autorais femininas negras (SANTIAGO, 2012, p.50).

Constatamos que a literatura baiana e negra ainda precisa de suportes para se desenvolver e se afirmar, mas, para tanto, é preciso atentar e reclamar o “direito a ter direitos”, direito ao signo linguístico e à sua materialização, que implica em condições dignas para a sua produção.

Nesse sentido, é importante discutirmos sobre a contemplação, ou não, de suas demandas no processo de políticas públicas governamentais. Ainda, é pertinente refletir também sobre uma participação cidadã, por parte das escritoras, que busque o papel do poder público, especialmente, do poder público baiano, o apoio devido aos seus escritos. Esse lugar público, também entendido como um dispositivo de poder, deve, a todo momento, ser desmontado, remexido, ocupado por sujeitos sociais e suas potências criativas.

## **Políticas públicas culturais para a literatura feminina negra no Brasil**

Como aponta Paulo Lima (2012, p.16), ao prefaciá-lo sobre a cultura brasileira, no livro *Cultura e democracia*, de Marielena Chauí, a “[...] invisibilidade é a maior inimiga dos processos de diversificação da oferta e da democratização cultural”.

Entendendo a literatura como um produto cultural, consideramos que, em seus processos de produção e viabilização, o Estado possui um papel de fundamental interferência. Assim, é pertinente pensar um pouco sobre a intermediação dessa instância política, no que tange à invisibilização ou à democratização do setor literário para grupos minoritários, como o das escritoras negras e suas demandas.

Ao fazer uma avaliação das políticas culturais desenvolvidas, durante o governo Lula, com gestão da cultura por Gilberto Gil, Rubim (2008) faz uma revisão das tradições, historicamente construídas pelo percurso das políticas cultu-

rais no Brasil. Nas palavras do autor, as “[...] tristes” tradições podem ser resumidas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade.

A ausência se faz presente desde os tempos coloniais e seu obscurantismo, que desprezaram e perseguiram as culturas indígenas e africanas, controlavam a circulação de livros, não abriam espaço ao ensino superior, entre outras medidas restritivas.

A independência do Brasil não mudou essa realidade, pois o Estado continuou isento ou pouco atento à cultura, sendo esta concebida como privilégio, em uma sociedade excludente. Na contemporaneidade, as leis de incentivo, através da isenção fiscal, traduzem bem essa ausência do Estado, ocupada pelo uso da cultura sob a direção do mercado.

Ainda, o autoritarismo, segunda das tristes tradições, tem sua efervescência em períodos ditatoriais, atuando na sistematização de políticas culturais, contudo com o objetivo de instrumentalizá-la para o regime de poder e dominação.

A conexão estabelecida entre autoritarismo e cultura domesticou o caráter crítico desta, sendo, deliberadamente, utilizada para a conformação das massas, para o desenvolvimento da indústria cultural, através do uso da mídia.

O autor continua a análise e, baseado em outros críticos, ressalta que o autoritarismo está penetrado na sociedade brasileira, dada a sua configuração excludente e elitista, demonstrando que o mesmo, independente de períodos ditatoriais, se faz presente durante toda a constituição do Brasil. Um exemplo disso foi a priorização dada, por anos, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — I-PHAN, à cultura ocidental, branca, monumental e católica. De modo que:

As culturas populares, indígena, afro-brasileira e mesmo midiática foram muito pouco contempladas

pelas políticas culturais nacionais, quando elas existiam. Por certo, eram consideradas não dignas de serem chamadas e tratadas como cultura, quando não eram pura e simplesmente reprimidas e silenciadas (RUBIM, 2008, p. 57).

Assim, o autor reitera a segunda das tristes tradições culturais brasileiras, traduzida pela opção dos dispositivos estatais por uma concepção hegemônica e restrita de cultura e pela repressão a outras manifestações culturais, evidenciando o seu cunho autoritário.

A terceira tradição trazida por Rubim, a instabilidade, surge da conjugação entre as duas primeiras, a ausência e o autoritarismo, e de uma série de fatores trazidos por estas como: fragilidade, ausência de políticas mais permanentes, descontinuidades, entre outros.

No Governo Lula, a abrangência foi assumida como meta, no sentido de abrir espaço para outras expressões populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, periféricas, entre outras. A meta foi colocada em prática, através de políticas públicas inclusivas, mas que, ainda, no atual governo, continuam com o desafio de se articularem à participação política dos cidadãos, de manter a continuidade, entre outras necessidades que perpassam a distribuição mais equitativa de recursos humanos e materiais no setor cultural brasileiro, o enfrentamento e a reflexão sobre o problema do financiamento da cultura, para que, assim, o Estado tome o seu devido lugar, ampliando a cidadania cultural no nosso país.

Essa configuração cultural instável e problemática do Estado-nação indica que, nos dias atuais, mesmo não estando nos moldes constitucionais ditatoriais, fica nítida a formação de um espaço vazio de direitos em meio à governança ficcional de nossos tempos, que, como nos indica Agamben (2004), conforma um estado de exceção, que em vez de ser provisório, se faz permanente.



Nesse Estado-Nação em que a exceção é regra, observamos regimes democráticos, utilizando-se de resquícios da ditadura sob novas formas, atuando no controle dos indivíduos, a fim de massificar e retirar de circulação aquilo ou aqueles que fogem a um domínio, a uma homogeneidade. Nisso pensamos nas estruturas literária, mercadológica, estatal que se querem universais, e que corroboram com a ausência de políticas públicas culturais que contemplem as demandas sociais de produção, consumo e distribuição de bens culturais de grupos desprestigiados historicamente.

Lindoso (2004), amparando-se em sua experiência como editor e ex-diretor da Câmara Brasileira do Livro, faz uma análise sobre a construção do Estado-nação e seu plano político cultural em concomitância com a produção editorial e leitora, em vista de um desenvolvimento político-cultural e social. O mesmo reflete sobre as continuidades e rupturas que caracterizam a política cultural do estado brasileiro e aborda a problemática do livro e da leitura no Brasil, refletindo sobre a deficiência de políticas culturais no processo de apoio a editores, à produção de livros e deleitores críticos. Lindoso pontua quão necessária é a formação de uma política integrada, permanente e sistemática, que abarque os processos de autoria, produção, divulgação, distribuição e consumo.

O autor aponta como fundamental para a articulação de uma política integrada para o livro e para a cultura, o fortalecimento de espaços de leitura, em especial das bibliotecas, inserindo/fazendo constar nestes ambientes, obras de autores já conhecidos e de novos autores, com o intuito de diversificar a demanda e, assim, estimular a aproximação do público leitor.

Temos observado, a partir de estudos teóricos e de pesquisas realizadas, que o governotornou-se um dos maiores consumidores do mercado editorial, especialmente no que se refere à obtenção de livros didáticos para as escolas.

Mas, como se inserem as produções de mulheres negras? Há uma política de inclusão para essas obras?

Um lugar comumente conhecido por promover o acesso à escrita e à leitura é a escola. Entretanto, é possível reconhecer que há uma crítica quanto à utilização desse instrumento como imposição para a fixação de alguns conhecimentos, como as regras gramaticais por exemplo. Mas esse mesmo espaço que pode utilizar a leitura de uma forma opressora pode concebê-la como um instrumento para formação de cidadãos e cidadãs, de pessoas críticas, conhecedoras das diversidades socioculturais. Nessa seara, o ensino da Literatura na educação básica configura-se como estratégia de formação de leitores (as), é o que afirma a estudiosa Ana Rita Santiago (2011).

Muitas pessoas só têm contato com a leitura na escola, seja por uma formação cultural limitada, seja por falta de maior acesso a uma cultura crítica. O fato é que essa leitura escolarizada nem sempre é vista de forma positiva, por conta da obrigatoriedade de certos gêneros, por isso a importância dos alunos terem acesso a escritos que trazem à cena uma diversidade de perspectivas, vozes e culturas, como os das escritoras aqui trabalhadas.

Um instrumento importante para a implementação de políticas públicas para a literatura, o livro e a leitura é o Plano Estadual do Livro e Leitura da Bahia — PELL-BA (2013-2022), que tem como referência alguns textos, com temáticas específicas. Em primeiro lugar parte de problemas diagnosticados, como: a fragilidade de práticas leitoras nas escolas; difícil acesso da população ao livro; frágil consolidação do mercado editorial baiano e consequente produção de pequenas tiragens; pequeno número de livrarias; número insuficiente de bibliotecas nas escolas públicas e ausência de programas de monitoramento e avaliação continuada nas bibliotecas públicas existentes; ausência de critérios para a aquisição do acervo das bibliotecas; ausência de Feiras de Livro regulares nos municípios e nos bairros da capital; au-

sência de políticas para distribuição de livros de autores e editoras baianas; não adoção sistemática de livros de autores baianos<sup>6</sup> nas escolas públicas e vestibulares; pequena participação de autores baianos em eventos destinados a livro e leitura, entre outros.

O PELL/BA estrutura-se em três eixos temáticos, que se dividem em estratégias, a serem atingidas até o ano de 2022, através de 51 ações. O eixo 1 refere-se à democratização do acesso e entre suas propostas encontra-se a criação de coleção de livros populares de autores baianos e outros autores clássicos nacionais para distribuição em espaços vinculados a projetos de leitura. O segundo eixo diz da valorização da leitura como prática social, tendo como uma das ações o fomento de novos projetos de estímulo à leitura. O eixo três visa o desenvolvimento da economia do livro e, entre as ações a serem postas em prática, destacamos o intuito de valorizar e difundir a literatura baiana.

Ao fazer o levantamento de livros de literatura de autoria feminina em bibliotecas escolares da cidade de Alagoinhas — BA, a pesquisadora Luane Martins (2012), e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jailma Pedreira Moreira — orientadora da pesquisa, constataram de início a precariedade das bibliotecas e espaços de leitura da referida cidade. A pesquisa demonstrou que, mesmo havendo o interesse por parte de alguns professores em criar projetos e ambientes que visam à formação de leitores, ainda há descaso para com essa demanda. Em relação à presença da produção feminina nesses espaços constataram uma incipiência, pois encontraram apenas alguns livros de escritoras como Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Cora Coralina, alguns rasgados, sendo encontrado quase nenhum livro de escritora local, regional ou negra.

---

<sup>6</sup> Até o momento, sabe-se que um único autor baiano, Landê Onowale, teve seu livro de contos “Sete: diásporas íntimas”, lançado em 2012, comprado pelo MEC.

Tal situação, como observam Martins e Moreira (2012), demonstra como propostas de políticas públicas para o livro e a leitura, como o Plano Nacional do Livro e da Leitura — PNLL e o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares — PNBE, quanto para as mulheres, como o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres — II PNPM ainda estão longe de serem efetivadas em tais espaços. Primeiro, porque não foi observada a construção de uma cultura igualitária que proporcione à visibilização da produção literária feminina como propõe o PNPM, uma vez que a discrepância entre as produções masculinas e femininas encontradas mostrou-se enorme. Ainda, o PNBE, como indicam as pesquisadoras Martins e Moreira (2012, p. 10) “[...] fala em distribuição diversificada e sistemática de livros, mas no que diz respeito à produção feminina isto ainda se mostra de forma tímida ou ainda restrita àquelas escritoras já consagradas” e ainda foi encontrado um cenário desarticulado em relação ao fomento e mediação da leitura, o que deixa evidente um distanciamento das proposições do PNLL.

Ainda Jailma Moreira (2012) traça uma reflexão sobre o lugar da literatura de autoria feminina em políticas públicas culturais. Para tanto investiga sobre sua inserção ou ausência em planos e proposições de políticas públicas culturais e de gênero, como o Plano Nacional de Cultura — PNC — 2011/2012 e o II PNPM.

A autora, primeiramente, buscou, no PNC, proposições que contemplassem o direito de mulheres, especialmente escritoras brasileiras, de acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura e percebeu que, dentro de sua amplitude, algumas diretrizes em torno dessa questão foram suscitadas:

[...] em meio a amplitude da lei e do Plano, encontramos proposições que apontam para a promoção de políticas e ações voltadas para mulheres e relações de gênero, uma preocupação com a diversidade e, nesta linha, há proposta de políticas públicas voltadas

para os direitos das mulheres e sua valorização, deixando perceptível um reconhecimento das desigualdades de gênero e uma luta encetada contra estas. Além disso, percebemos no plano uma preocupação com a regionalidade e a diversidade de expressões, traduzindo-se na proposta de ampliação da circulação das produções locais, favorecendo intercâmbio e um reforço sobre a importância dos conselhos nesta institucionalização e sobre a participação, neste caso de mulheres, nesta instância que seria consultiva, de monitoramento e de debate (MOREIRA, 2012, p.2-3).

Como demonstra a autora, no PNC não foram encontradas linhas de ação voltadas, especificamente, para a literatura de autoria feminina, mas de outra forma, torna-se uma demanda, ao passo que o Plano reconhece as desigualdades de gênero e os direitos das mulheres, inclusive na participação produtiva e distributiva do circuito de bens culturais e ainda solicita a participação do sujeito feminino no debate.

É também esse o panorama geral do II PNPM, uma vez que a questão da Literatura de autoria feminina não é contemplada diretamente, mas pode ser inserida em suas linhas gerais. Moreira destacou entre os 11 temas trazidos como propostas do plano, apenas dois que abrem, em alguma medida, perspectivas no que concerne à questão da autoria feminina.

O primeiro tema destacado pela autora foi — Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher — que tem como proposta a criação de medidas nacionais para barrar as diferentes formas de violência contra a mulher. Dentro dessa linha, entendemos com Moreira o silenciamento imposto a escritoras brasileiras, como as escritoras de nossa pesquisa que tem suas produções invisibilizadas, também como “[...] uma espécie de violência prático-discursiva que ceifou da mulher sua potência de dizer-escrever, que anulou a possibilidade de circulação e escuta de sua fala, re-

forçando mais uma desvalorização de sua produção cultural” (MOREIRA, 2012, p.3).

O segundo tema considerado por Moreira, denomina-se — Cultura, comunicação e mídias igualitárias, democráticas e não discriminatórias — e tem como meta a construção de uma cultura igualitária e a promoção da visibilidade da produção cultural feminina em âmbito nacional. A partir dessa proposta, a autora questiona como tal cultura igualitária tem se concretizado nas diversas regiões brasileiras, incluindo não só a produção de escritoras já conhecidas em ampla escala, mas também as ainda pouco difundidas. Ainda entrelaça-se à questão de gênero e à região a qual as escritoras pertencem, à questão da raça. É a partir desses três marcadores socioculturais e de relatos obtidos em encontros com algumas escritoras regionais baianas e escritoras negras, que Moreira irá refletir como se aplicam ou não nas demandas dessas mulheres tais linhas de ações traçadas pelos planos.

Como foi constatado por Moreira, os relatos de experiências das escritoras confirmam uma série de dificuldades no processo de produção e circulação de seus textos e ainda o processo lento e, por vezes complexo, por conta de diversos fatores e processos de interdição sofridos por elas:

Dessa forma, o que vimos delineado nos planos já descritos não se fez presente nas realidades observadas no que diz respeito a possíveis brechas de inserção de uma política cultural voltada para potencializar a produção e circulação da literatura de autoria feminina, principalmente de mulheres negras, distanciadas de lugares considerados centrais, enfim subalternizadas por um processo diverso e interconectado que envolve uma cultura patriarcal, capitalista e, portanto, mercadológica (MOREIRA, 2012, p. 5).

É possível observar que a literatura, mais especificamente, a produzida por mulheres, especialmente negras, ainda não ganhou um espaço próprio no que tange à feitura de políticas culturais, uma vez que, como já assinalamos,

entendemos a literatura também como uma produção cultural. Como foi exposto, uma cultura igualitária, que contemple os direitos e demandas de produção, circulação e acesso da literatura de autoria feminina, ainda, como reconhece Moreira, não se concretizou efetivamente.

Ainda é importante que o governo garanta à população o acesso a uma multiplicidade de bens, como direito fundamental para a constituição de sua cidadania e de suas condições de vida, o que não o limita a uma ideia “romanesca” de amor à arte e ao estético, como indica Lindoso (2004). Nessa perspectiva, a arte liga-se intimamente aos modos de vida, ao exercício de direitos fundamentais, cotidianos, retira-se, assim, dela, um aspecto inerte e apenas contemplativo.

Nesse sentido, uma das ações do governo, não seria só lançar os editais, mas pensar e fomentar toda uma estrutura socioeconômica viável, uma vez que, como nos indica Lindoso, esse panorama nacional advém de um processo maior constituído de diversos fatores, como a baixa qualidade da educação, a falta de incentivo à leitura e a precariedade de renda da maioria dos indivíduos, aos quais à ação governamental deveria dirigir-se.

Além disso, é preciso refletir sobre o processo burocrático dos editais que afasta ou dificulta o acesso de pequenos produtores, como as escritoras negras deste texto e corrobora, por vezes, com um mercado capitalista e hegemônico, que não considera o menos habilitado a certas regras e protocolos, com os quais já são familiarizados, muitas vezes, profissionais e empresas especializadas. Essa questão da burocratização, portanto, tem se tornado, muitas vezes, um empecilho, por dificultar o acesso.

Para Rita Santana, a atuação do Estado avançou muito desde o período de Gilberto Gil no Ministério da Cultura — MINC e do governo Lula, com continuação através da gestão atual da presidente Dilma Rousseff, no que se refere ao cuidado e atenção às políticas para o combate à pobreza, com o

auxílio alimentação, moradia, entre outras. No que concerne à produção literária, ela não observa algo específico voltado para produtores negros, mas reconhece a abertura do Estado às demandas dessa produção no geral, quando da abertura dos editais. No entanto, considera seu processo burocrático uma barreira a sua utilização, tanto por não conseguir lidar bem com as ferramentas de acesso, quanto por falta de tempo, uma vez que trabalha 40 horas e isso lhe exige muito.

Nessa linha, nos perguntamos: Qual a medida para saber se você é um homem ou uma mulher livre? A resposta viria com outra pergunta: O quanto somos donos do nosso tempo? Este elemento também pode ser tomado enquanto categoria de análise da sociedade capitalista: a posse do tempo! Esse tempo que é colonizado, mercantilizado pelo capitalismo. Em *Retrato das Desigualdades: de gênero e raça*<sup>7</sup> o tempo é reconhecido como um importante fator para a análise de diferenças sociais — entre homens e mulheres, brancos e negros, uma vez que essa categoria de análise tem ganhado espaço nas pesquisas demográficas brasileiras. Entre outros dados, foram analisados o número de horas na jornada de trabalho principal; e número de horas dedicadas, em casa, cruzando esses fatores a outras variáveis, entre elas, a condição de atividade e ocupação:

O uso do tempo como dimensão de análise de desigualdades sociais diz respeito a aspectos da vida cotidiana que normalmente não se encontram nas demais estatísticas. Por exemplo, ao analisarem-se e computarem-se as horas da jornada de trabalho de uma pessoa, não é incluído o tempo do deslocamento de sua casa até o local de trabalho, nem são levadas em consideração com profundidade todas as ativida-

---

<sup>7</sup> Publicação desenvolvida pelo IPEA em parceria com a ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, com a SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres – e com a SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



des realizadas no âmbito doméstico para que este trabalho exercido no mercado seja possível. O estudo do uso do tempo possibilita, portanto, ter acesso a rotinas sociais muitas vezes ocultas, mas necessárias para que a vida social se produza e reproduza, e permite saber o quanto de trabalho é realizado sem que assim seja considerado e contabilizado (IPEA, 2011, p. 37).

Rita Santana ressalta o peso de uma carga horária de 40 horas na rede de ensino, (e nós ressaltamos ainda o tempo necessário que o sujeito deve ter para atender suas necessidades básicas relacionadas à alimentação, higiene do lar etc.) por isso acha necessário que o (a) escritor (a) tenha tempo para se dedicar à escrita. Ressalta, nesse sentido, a importância de projetos culturais sensíveis a esse tempo. Tempo para escrever, viajar, se dedicar, enfim ser mais livre para criar!

Também as condições de produção mostram-se não tão propícias para Jocelia Fonseca, que é militante do MST — Movimento Sem Teto, e que, inclusive, mora em uma ocupação de Sem-teto, no Pelourinho. A mesma, que também é professora, já trabalhou em alguns projetos do governo como o *Mova Brasil*<sup>8</sup> e o *Pró-jovem*<sup>9</sup>. Fonseca pontua que, embora goste de lecionar, vê nessa função o ganho de uma verba para suprir questões que são básicas para a vivência, para o cuidado do ser humano, questões que deveriam estar presentes normalmente em nosso cotidiano (como uma alimentação e saúde melhores), mas que, para resolvê-las, nem sempre damos conta sobrevivendo apenas da renda fruto do trabalho que mais gostamos de fazer, no caso da mesma,

---

<sup>8</sup> Movimento de alfabetização de jovens e adultos, criado em 2003, através da consolidação de uma parceria entre a Petrobrás, Federação Única de Petroleiros e Instituto Paulo Freire.

<sup>9</sup> Programa do Ministério do trabalho e emprego que visa o preparo do jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda.

poetizar, escrever. Entretanto, ela retoma sua afirmação e nos diz que, no fundo, a poesia é que a tem sustentado, já que, no campo educacional, trabalha com arte-educação, levando a poesia para esse espaço diariamente, e por ter sido convidada para ensinar e participar de projetos educacionais, também, sempre por conta da poesia.

As condições de produção dessas escritoras baianas evidenciam a necessidade de reflexão sobre políticas públicas mais direcionadas para as suas demandas, que proporcionem condições de produção, publicação e circulação de seus escritos, de forma mais flexível, uma vez que a burocracia emperrou o acesso a esses meios.

A atuação do governo é necessária, uma vez que o patrimônio literário, cultural e artístico esteve e ainda, por muitas vezes, permanece sob o domínio de uma hegemonia detentora de um poder, do lugar de legitimação, no qual produções plurais feitas por minorias, como as étnicas, as de gênero, entre outras, foram negadas ou mesmo relegadas ao esquecimento, o que se reflete em menores oportunidades de inserção desses sujeitos em diversos campos econômicos e culturais, o que pode ser visto também no setor editorial. É preciso, pois, o embate com esse legítimo, em busca de desestabilizá-lo, em uma contínua relação de forças, o que diz da potência do menor, dos micropoderes, colocados em circulação por essas minorias, que não podem ser subestimados. “Estar à margem”, é bom lembrar, não significa estar fora, mas em lugares de poder diferenciados, dentro de um mesmo sistema.

## **Escritoras negras e a participação cidadã**

Os percursos literários, performáticos e culturais das escritoras estudadas indicam a feitura de uma participação-atuação cidadã no tecido literário sociocultural. Foi nesse sentido que Jocelia Fonseca participou de Fóruns de Cultura da Bahia, nos quais foram colocadas em discussão políticas

públicas culturais do governo em relação aos meios de produção, acesso e diversidade culturais dos produtores culturais, entre outras pautas. Fonseca dirigiu a roda de conversa sobre Literatura e Literatura negra, no *IV Encontro do Fórum de Cultura*, nos dias 28 e 29 de abril de 2012, em São Francisco do Conde-BA; integrou a comissão executiva do *V Encontro do Fórum de Cultura da Bahia*, ocorrido em Valença, entre 28 e 29 de julho de 2012, como coordenadora de câmaras temáticas e do *VII Encontro do Fórum de Cultura da Bahia*, realizado em Canudos, de 17 a 19 de maio de 2013, em que mediou a mesa sobre cultura e emancipação social. Já Fátima Trinchão é filiada à REBRA — Rede de Escritoras Brasileiras, uma associação de diversas escritoras brasileiras engajadas em causas literárias e culturais, sem fins lucrativos. Os aspectos da vida e obra de Trinchão, assim como das demais escritoras, evidenciam o comprometimento político-social e cultural das mesmas em projetos literários que dignifiquem o ser humano, que rompam com preconceitos e opressões de minorias estigmatizadas, como as mulheres e o povo negro. Essas e outras ações, como a participação das escritoras, a exemplo de Mel Adún, em projetos em prol da causa negra, como o que realiza com o coletivo Ogum's Toques, também a participação em eventos que põem em questão o espaço para a cultura e literatura negra, como a participação em mesas de discussão da Secretaria de Cultura da Bahia — SECULT-BA, por Rita Santana, configuram, por parte de tais escritoras, uma espécie de participação cidadã, através da qual se estabelecem formas de enfrentamento com o poder público em prol de políticas de reparação e afirmação.

É preciso, pois, abrir espaço para produções culturais não hegemônicas e para suas demandas no processo de produção. Nesse processo, é crucial a luta por inserção social, política e cultural feita por grupos marginalizados, como os coletivos de escritores e escritoras negros (as), bem como os questionamentos e problematizações levantados por estes para com instâncias de poder, como o Estado, em vista de

apoio às suas demandas. Essas ações coletivas, realizadas de diversas formas por grupos sociais manifestam uma participação política dos mesmos e contribuem com a democratização do Estado e com a construção de uma sociedade civil de direitos.

Uma vez que a política do Estado é molar, abrange um geral, visa uma homogeneidade, devemos reclamar políticas moleculares ou que cheguem a zonas moleculares, que abranjam sujeitos sociais em suas realidades e demandas locais. Por isso mesmo é que grupos com dificuldades em comuns buscam, através da escrita, operar formas de intervenção no processo de inserção do negro na sociedade. Como exemplo destas formas de intervenção temos os Cadernos Negros<sup>10</sup>, como aponta Florentina Souza:

Os textos dos CN evidenciam a compreensão de que um dos passos significativos para a implementação de novas políticas de inserção do negro na sociedade brasileira é constituído pela elaboração e divulgação de imagens e discursos, por isto seus autores empreendem um grande esforço para remapear e reconfigurar o imaginário instituído. Entendem que discurso, imagem e poder estão interligados de modo que a intervenção direta dos afro-brasileiros nos discursos e nas várias instâncias de prestígio e de poder é indispensável para que as mudanças ultrapassem o plano do desenho das imagens e organizem “políticas culturais da diferença” que, além de resgatarem a autoestima, promovam condições políticas e sociais de respeito à diversidade cultural e à igualdade de direitos (SOUZA, 2005, p.127).

Na esteira de Souza, apontamos a importância de textos, como os dos Cadernos Negros, que contribuam para a

---

<sup>10</sup> Antologia criada, em 1978, fase de redemocratização do Brasil, por escritores negros que se uniram no intuito de dividir os custos da publicação e visibilizar a literatura negra. Desde então é lançada todos os anos, alternando entre poemas e contos. Seu trabalho de organização e editoração é feito pelo Quilomboje.

reflexão sobre a realidade social do negro no Brasil e instigam assim, a construção de novas políticas públicas de reparação, inserção e valorização do sujeito negro no curso da história do país, abrindo também perspectivas para que o mesmo alcance instâncias de poder, com vistas a mudanças sociais. Nesse sentido, a ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro ressaltou, durante sua participação no 5º encontro da Consciência Negra<sup>11</sup>, a importância da Literatura para a discussão de questões em torno das relações étnico-raciais, pois, como ela afirmou, “os (as) escritores negros (as) são organizadores de ideias políticas através de seus escritos, são negociadores e seus escritos estão a serviço de transformações”.

É por essa perspectiva que percebemos a importância da Literatura no processo de fomento e criação de marcos legais<sup>12</sup>, resultado não só da pressão dos movimentos sociais, bem como da relação entre a literatura e a história, a cultura, a política, a emergência de questões com validade para a vida.

---

<sup>11</sup> O 5º Encontro da Consciência Negra ocorreu na UNEB de Alagoinhas, de 26 a 28 de novembro de 2014, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anória de Jesus Oliveira, com a participação de docentes e discentes na organização do mesmo.

<sup>12</sup> A Lei 10.639, promulgada em 2003, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o Estatuto da Igualdade Racial são importantes marcos legais para a população negra brasileira e um ponto institucional de partida para o estabelecimento de relações étnico-raciais pautadas no respeito e no acolhimento da diferença. Nesta seara, também é fundamental o papel da educação no enfrentamento do preconceito, e no exercício sobre a autoestima do aluno, no que se refere a dar ferramentas, como os textos de escritores (as) negros (as), para a mudança de seu autoconceito, de seus referenciais étnico-raciais, bem como de questões de gênero, buscando realizar o trabalho de percepção enquanto negro-negra de um ângulo positivo. Consideramos, portanto, a literatura feminina negra um subsídio para a efetivação de tais leis.

Essa postura crítica cultural de modos de intervenção político-social, afirmando estes modos, pode ser vista em diversas produções afro-brasileiras, como nas de escritoras negras, uma vez que buscam problematizar relações étnicas, de gênero, capitalistas, entre outras, o que constitui uma forma de apropriação do poder, que, a exemplo dos Zapatas na luta pela sociedade civil e reconhecimento da diversidade, fomenta um tipo diferente de poder, que, para além de representações no governo, perpassa pela constituição e organização social, como vemos com Yúdice (2004). Dentro desse processo de luta por reconhecimento:

A cultura afro-brasileira, durante anos perseguida, só começou a merecer algum respeito do estado nacional, pós Ditadura Militar, com a criação da Fundação Palmares, em 1988, resultado das pressões do movimento negro organizado e do clima criado pela re-democratização do país (RUBIM, 2008, p. 57-58)

Essa atuação do movimento negro mostrou-se potencialmente política, abrindo espaço para o reconhecimento e aceitação da população negra, o que demonstra que a ligação entre literatura e ação social e política é basilar e necessária.

No *V colóquio sobre Modos de produção e circulação cultural*<sup>13</sup>, observamos o quão é necessário o produtor cultural questionar e fazer valer seus direitos, frente a instâncias estatais, bem como mercadológicas, para não reafirmarem a lógica dominante desses sistemas de modo passivo e reativo.

Com o ex — ministro do Minc, Gilberto Gil, a cultura passou a ser entendida em sua dimensão simbólica, econômica e cidadã. Nessa perspectiva, é dever do Estado criar condições de acesso aos bens culturais para a maioria da

---

<sup>13</sup> Realizado na UNEB-Campus II, em novembro de 2013, pelos mestrandos do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural (Pós-crítica), sob a coordenação da Profa. Dra. Jailma Pedreira Moreira, que ministrava a disciplina “Literatura, Cultura e Modos de produção”.

população, assim como é dever desta requerer e lutar pelo acesso a esses bens como uma forma de participação cidadã.

É importante compreendermos que a Literatura é um item básico das necessidades humanas e, portanto, deve ser viabilizada, não no sentido da política “do pão e circo”, mas em sua potência cultural, ativa. É preciso perceber o lugar da escrita como um direito.

A mestra em Crítica Cultural, Vanise Santos (2012), observou que as tristes tradições que apontamos, elencadas por Rubim, constituem formas de silenciamento que atingem a produção literária de produtores locais, inviabilizando-a. A pesquisadora abordou em sua dissertação a escassez de uma política pública institucional direcionada a ações que garantam o acesso à literatura e o incentivo à produção literária na cidade de Alagoinhas-BA, mas também ressaltou que essa é uma problemática de cunho local/global, deste modo, também percebida na conjuntura de nosso país. A mesma afirma:

Visualizar a problemática relacionada à literatura na sociedade brasileira, mais especificamente a garantia de sua produção/circulação, dentre outras questões, é desvelar, a partir de uma percepção da imagem cultural contemporânea, a forma sutil como se dá o atraso histórico no desenvolvimento de políticas neste setor, marcado pela negação do acesso aos livros e ausência lacunar de práticas que potencializem as diversas produções literárias (SANTOS, 2012, p. 21)

Entretanto, mesmo diante de um histórico de tristes tradições do setor público cultural brasileiro, é preciso considerar algumas ações importantes do poder público, como algumas ações da Fundação Cultural do Estado da Bahia — FUNCEB e da SECULT-BA, para fomentar-divulgar esta escrita e seus-suas escritores (as). Apesar de todo o sistema burocrático, é necessário pontuar a importância dos editais de apoio ao livro e à leitura e também à literatura lançados pela SECULT-BA, entre eles, destacamos o *Apoio à Publicação de*

*Livros por Editoras Baianas*<sup>14</sup> e o *Setorial de Literatura*<sup>15</sup>. Projetos como o *Ação poética nas comunidades*<sup>16</sup>, ainda eventos com participação de escritoras dessa pesquisa, como o *Caruru dos Sete poetas*<sup>17</sup> e o *Leituras Públicas*<sup>18</sup>, realizado pela FPC em parceria com a SECULT-BA, também merecem um destaque como mostra de algumas conquistas da luta.

Dessa forma, como podemos observar algumas iniciativas estão sendo criadas para apoiar os produtores culturais,

---

<sup>14</sup> Editais nº 08/2012, nº 26/2012 e nº 13/2013. Apoiavam propostas de edição de livro individual ou coleção (quatro volumes, no mínimo) de autores baianos, cuja temática fosse à cultura baiana em seus diversos aspectos: cultura negra, cultura sertaneja, literatura (ficção e poesia), folclore, história da Bahia, biografias de personagens ilustres, literatura popular, fotografia, cultura praieira e quadrinhos, entre outras.

<sup>15</sup> Edital nº 21/2013. Oferecia apoio a propostas culturais na área de Literatura em diálogo com outros segmentos, como: Criação literária; atividades ou ações que tinham como característica o estímulo à aproximação do público com escritores; circulação (regional e/ou nacional) de autores baianos; interações artístico-literárias (intervenções urbanas, ações coletivas, performances, instalações, entre outras); realização de seminários, fóruns, palestras, feiras ou atividades do gênero sobre literatura e suas interfaces ; propostas na área de Literatura que tratassem de temas identitários (cultura afro-brasileira, cigana, indígena, sertaneja, de gênero, etária, entre outras); entre outras.

<sup>16</sup> Projeto de intervenção artística e social, lançado em 2012, atua na promoção de oficinas artísticas e eventos poéticos em comunidades populares. Os ministrantes das oficinas e os artistas são selecionados através de Chamada Pública.

<sup>17</sup> O evento realizado no Recôncavo Baiano era promovido pela Casa de Barro – Cultura, Arte, Educação, com apoio financeiro do Fundo de Cultura da Bahia / Secretaria de Cultura / Secretaria da Fazenda / Governo do Estado da Bahia. As poetas Jocelia Fonseca e Rita Santana já participaram em diferentes edições.

<sup>18</sup> Projeto de estímulo à leitura e divulgação do livro e do autor baiano. Na proposta um autor baiano ou radicado na Bahia era convidado a ler para o público presente textos de seus livros publicados, com a intervenção de um mediador, no objetivo de visibilizar o processo de construção literária do (a) escritor(a). Rita Santana participou em novembro de 2012.



artistas, escritores, evidenciando que, pouco a pouco, o setor público tem contribuído para a reparação de um processo longo de invisibilidade e carência das produções culturais populares, inclusive relativas à cultura negra, indígena, entre outras. Assim, uma vez que esse processo de seleção ainda é molar, isto é, abre-se a todos, o que, neste momento, podemos reivindicar são políticas que contemplem as micro — falas, geopoliticamente localizadas, como a de escritoras negras baianas.

## Considerações finais

Como vimos, há algo que está reagindo nas mulheres negras que empreendem, com a força de suas palavras, uma busca por lugares de fala, outros modos de fazer, ser e estar, o que se configura como uma forma de poder e resistência. Isso se reflete nas suas atuações culturais e literárias que refletem uma participação ativa e cidadã, um movimentar-se das autoras entre as brechas encontradas e criadas nos circuitos da produção livresca e literária.

Diante do exposto, observamos que é necessária uma atuação mais efetiva e consistente do Estado na implementação e consolidação de políticas culturais contínuas. Ainda, nesse processo, a participação dos sujeitos sociais é crucial para que se estabeleça o diálogo entre setores, organizações e pessoas, com seus diversos interesses culturais, como a da produção literária negra, e o Estado, com o intuito de produzir políticas públicas, em consonância com as demandas sociais.

## Referências:

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AUGEL, Moema Parente. "E Agora Falamos Nós": Literatura Feminina Afro-brasileira. In: *Portal Literafro*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>> acesso em 27 de julho de 2014.

CARVALHO, Layla Daniele Pedreira de. A concretização das desigualdades: disparidades de raça e gênero no acesso a bens e na exclusão digital. In: MARCONDES, Mariana Mazzini [et al.] (Org.). In: *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013, p. 81-108.

IPEA [et al.] *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. — Brasília: Ipea, 2011.

LIMA, Paulo. O que é mesmo cultura brasileira? In: CHAÚÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. 2ª ed. (Coleção Cultura é o quê? I). Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009, p. 15-21.

LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura política para o livro*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

MARTINS, Luane T. S.; MOREIRA, Jailma dos S. P. Bibliotecas Escolares de Alagoinhas: onde estão os livros produzidos por mulheres? In: MOREIRA, Osmar (Org.). *Heterotopia*, v 4, n. 5, junho 2012, p. 10.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas. In: *Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional Literatura e Cultura*. São Cristóvão/SE: GELIC/UFES, 2012, p.1-12. Disponível em: [http://200.17.141.110/senalic/IV\\_senalic/textos\\_completos\\_IVSENA LIC/TEXTO\\_IV\\_SENALIC\\_195.pdf](http://200.17.141.110/senalic/IV_senalic/textos_completos_IVSENA LIC/TEXTO_IV_SENALIC_195.pdf) Acesso em 15 de jul. de 2013.

Plano Estadual do Livro e Leitura da Bahia. Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br> Acesso em 23 jul. de 2014.

RIBEIRO, Matilde. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.189-209.

RUBIM, Antônio Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antônio Canelas; BAYAR-

DO, Rubens (Org.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 51-74.

SANTIAGO, Ana Rita. Gênero e Literatura na educação básica. In: GARCIA, Paulo César Souza; SANTOS, Cosme Batista dos; SEIDEL, Roberto Henrique (Org.) *Crítica Cultural e educação básica: diagnósticos, proposições e novos agenciamentos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 277-290.

SANTIAGO, Ana Rita. *Vozes literárias de escritoras negras*. UFRB, Cruz das Almas-BA, 2012.

SANTOS, Vanise Albuquerque. *Literatura e políticas públicas em Alagoinhas: outros modos de produção cultural*. Dissertação — (Mestrado em Crítica Cultural). Alagoinhas, 2012.

SOUZA, Florentina. *Afro-descendência em Cadernos Negros e no Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

YÚDICE, George. Os zapatistas e a luta pela sociedade civil. In. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 140-155.

[Recebido: 15 abr. 2014- Aceito: 30 mai. 2014]